



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

**15ª LEGISLATURA**

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**FINALIDADE:** Promover ampla discussão com a sociedade civil sobre o Projeto de Lei nº 5.049/2018 que Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 e dá outras providências.

**REALIZADA EM 06/09/2018**

Às dezenove horas e quinze minutos de seis de setembro do ano de dois mil e dezoito, nas dependências da Câmara de Vereadores de Imbituba, realizou-se a Audiência Pública com a finalidade de promover ampla discussão junto à sociedade civil sobre o Projeto de Lei nº 5.049/2018, que Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 e dá outras providências. Dando por aberta a Sessão, o Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Renato Carlos de Figueiredo, informou a todos que o Vereador Humberto Carlos dos Santos, Presidente da Comissão, não pode comparecer à presente Audiência Pública por estar com problemas de saúde, tendo o mesmo apresentado atestado médico à Câmara de Vereadores. Em seguida, o Vice-Presidente explicou que a presente Audiência é uma iniciativa da Comissão de Finanças e Orçamento e iniciou os trabalhos fazendo a composição da Mesa Principal, onde registrou a presença do membro da Comissão de Finanças e Orçamento e relator do Projeto de Lei nº 5.049/2018 dentro da Comissão, Vereador Elísio Sgrott; do Prefeito Municipal de Imbituba, Excelentíssimo Senhor Rosivaldo da Silva Júnior; do Secretário Municipal da Fazenda, Senhor Jari Luiz Dalbosco; do Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Agrícola e da Pesca, Senhor Evaldo Espezim, do Diretor de Coordenação Geral do Orçamento Participativo, Senhor David Luiz Schmidt; do Contador da Secretaria Municipal da Fazenda, Senhor George Willian dos Santos. Dando continuidade, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento solicitou ao Secretário a exposição dos procedimentos da audiência pública. Com a palavra, o senhor Vereador Elísio Sgrott, assim manifestou-se “O objetivo da presente Audiência pública é promover ampla discussão com os vários setores da sociedade do município e autoridades públicas municipais sobre Projeto de Lei nº 5.049/2018 que Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 e dá outras providências. Solicito a atenção dos presentes para o seguinte informe: A Audiência Pública é aberta a todos os interessados, que deverão assinar lista de presença e poderão participar na qualidade de Colaborador(a), apresentando sugestões por escrito; ou de Expositor(a), apresentando sugestões oralmente.

Visto do Presidente	Visto do Secretário	Fls.: 1	Responsável
---------------------	---------------------	------------	-------------



## ESTADO DE SANTA CATARINA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Alerto, ainda, sobre a sistemática desta Audiência Pública: Primeiramente, será concedida a palavra ao Poder Executivo Municipal que, através dos seus técnicos, farão uma explanação sobre o Projeto de Lei, objeto de discussão da audiência. Logo após, será dada aos Vereadores a oportunidade de se manifestarem sobre o Projeto. Em seguida serão apresentadas as sugestões ou questionamentos elaborados pelos Colaboradores, ou seja, por qualquer cidadão ou entidade, através dos formulários que estão disponíveis no hall de entrada do Plenário, os quais serão dirigidos à Mesa pelos funcionários da Câmara. Após, será concedida a palavra aos Expositores que deverão se pronunciar nos microfones, a fim de fazerem seus questionamentos ou exporem verbalmente as suas sugestões. A ordem em que serão chamados os expositores e colaboradores seguirá a ordem de inscrições dos mesmos. Informamos que poderão manifestar-se somente as pessoas inscritas e que esta Audiência Pública tem o tempo limite de três horas de duração. Serão aceitas inscrições que forem realizadas até cinco minutos após o encerramento da apresentação do projeto de Lei pelo Executivo Municipal.” Dando continuidade à Audiência Pública, o Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento passou a palavra aos representantes do Poder Executivo para procederem às explicações sobre o Projeto de Lei nº 5.049/2018. Com a palavra, o Secretário Municipal da Fazenda, Senhor Jari Luiz Dalbosco, iniciou o seu pronunciamento cumprimentando os Vereadores e a todos os presentes, em especial, o Secretário Municipal Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Agrícola e da Pesca, Senhor Evaldo Espezim, e Diretor de Coordenação Geral do Orçamento Participativo, Senhor David Luiz Schimdt, que tiveram participação valiosa na elaboração da proposta do orçamento. Declarou que a LDO é fruto de um trabalho que envolveu muitas horas de trabalho e busca construir o futuro do município, através de ações que o governo municipal pretende desenvolver na cidade de Imbituba. Explicou que a LDO foi elaborada a partir do Plano Plurianual e foi construído utilizando uma nova metodologia de trabalho, denominada orçamento participativo. Segundo o Secretário, o Orçamento participativo foi embasado nos princípios da participação social, transparência, democracia, buscando tornar mais claros para o Executivo quais são os anseios da população. Desta forma, o orçamento foi construído dialogando e ouvindo as comunidades e seus representantes, os técnicos do Executivo Municipal, Secretários Municipais, diretores das diversas pastas, conselhos municipais, sempre observando os planos municipais de políticas públicas e o plano de governo. Para estabelecer esse diálogo o Executivo Municipal promoveu uma série de reuniões nas comunidades. Com isso, o Secretário declarou que espera que tenham conseguido criar uma proposta de LDO e, na sequência, uma proposta de orçamento que representem os anseios da comunidade. Após, o Secretário passou a palavra ao contador George Willian dos Santos para que o mesmo apresentasse a proposta do Executivo Municipal para a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019. Com a palavra, o contador cumprimentou a todos os presentes e explicou que o Projeto da LDO é fruto de um trabalho desenvolvido em todas as comunidades, através da Comissão de Orçamento, e falou que o Projeto contempla um detalhamento das metas e prioridades definidas para o ano de 2019. O Contador ainda ressaltou que a lista de prioridades e metas é bastante longa e detalhada e, por esse motivo, sua apresentação vai se ater às principais ações que o Executivo pretende desenvolver no próximo ano. Disse que a apresentação não vai detalhar as ações e seus pormenores, mas se dividirá em duas partes, a primeira que busca esclarecer as ações que

Visto do Presidente	Visto do Secretário	Fls.: 2	Responsável
---------------------	---------------------	------------	-------------



## ESTADO DE SANTA CATARINA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

serão desenvolvidas a partir de recursos próprios, também chamados de livres, e a segunda que trata as ações que se utilizarão de recursos vinculados, ou seja, recursos que já possuem destinação pré-determinadas. Disse que a implementação de cada ação dependerá da performance da arrecadação ao longo de 2019. Desta forma, o Contador expôs as principais ações a serem devolvidas por cada secretaria, conforme apresentação que segue anexa. No Gabinete do Prefeito, cujo orçamento é de dois milhões, setenta e dois mil e duzentos reais. Foram apresentadas as seguintes ações: Manutenção da Secretaria Executiva do Gabinete do Prefeito; Grupo de mães e idosos; parceria com segurança porto. O Contador explicou que algumas ações, como a ação voltada ao grupo de mães e idosos foram remanejadas, conforme entendimento das Secretarias e corpo técnico do Executivo. E destacou que essa ação, anteriormente, pertencia à Secretaria Social e agora faz parte das ações da Secretaria Executiva do Gabinete. Dando continuidade à apresentação, o contador explicou que cada secretaria terá uma ação voltada à manutenção da Secretaria, cujo recurso é destinado a cobrir as despesas com folha de pagamento, pessoal e encargos sociais, despesas com combustível, água, luz, telefone, diárias, despesas como contratos de cada órgão, como o de publicidade, de prestação de serviços, entre outros. Após, apresentou as ações da Secretaria Municipal de Administração, cujo orçamento é de quatro milhões, seiscentos e oito mil reais e setecentos e cinquenta reais. Entre as ações da SEDUCE, foram apresentadas as seguintes ações: Construção do Arquivo/Almoxarifado; Manutenção do SEAD; Imbituba conectada; Manutenção da Defesa Civil; Manutenção e Conservação do Paço Municipal; Apoio ao Conselho Tutelar. Na Secretaria Municipal da Fazenda, cujo orçamento previsto é de quatro milhões, setecentos e vinte mil, trezentos e sessenta reais. Foram apresentadas as ações: Manutenção da Secretaria; e Educação Fiscal; Na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, cujo Orçamento é de quarenta e três milhões, oitocentos e nove mil, trezentos e setenta reais e trinta e quatro centavos foram apresentadas as seguintes ações: Construção, Reforma e Ampliação de Unidades Escolares (Fundamental, pré-escolas, Creches); Reequipamento de unidades escolares (Pré-escolas, Centros Municipais de Educação Infantil); Construção, ampliação, reforma e modernização da Infraestrutura Esportiva e de Lazer, Espaço Esportivo nas praças comunitárias, Patrimônio Cultural; Manutenção do Ensino Fundamental; Manutenção da Educação Infantil; Manutenção do FUNDEB; Manutenção do transporte escolar; Qualificação do atendimento à educação especial; Qualificação do atendimento das equipes multiprofissionais (infantil, fundamental); Apoio à Educação profissionalizante, Apoio ao Ensino Superior, Sabor, saber e saúde (merenda escolar) dos Ensinos Fundamental, infantil, pré-escola e AEE; Manutenção da Secretaria de Educação, Festivais e campeonatos esportivos, Manutenção da Diretoria de Esporte, Manutenção da Diretoria de Cultura, Eventos Culturais, Apoio ao sistema municipal de bibliotecas, livro, leitura e literatura. Ainda, o Contador explicou que na Secretaria de Educação, boa parte do orçamento previsto é proveniente de recursos vinculados, seja ele de origem do FUNDEB, salário educação, e outra parte proveniente de Emendas parlamentares/convênios. Do total do orçamento da Secretaria, quarenta e três milhões, oitocentos e nove mil, trezentos e setenta reais e trinta e quatro centavos são recursos próprios, e vinte e quatro milhões, trezentos e quinze mil, oitocentos e setenta mil e trinta e quatro reais são recursos vinculados. Após, o Contador George Willian dos Santos apresentou as principais ações da Secretaria Municipal

Visto do Presidente	Visto do Secretário	Fls.: 3	Responsável
---------------------	---------------------	------------	-------------



## ESTADO DE SANTA CATARINA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

de Infraestrutura, cujo orçamento é de vinte e um milhões e setecentos e setenta mil e setecentos e cinquenta reais, quais sejam: Pavimentação de vias públicas; humanização de praças e vias públicas; Manutenção do SEINFRA; Limpeza de Logradouros públicos; Iluminação pública, Manutenção de vias públicas; convênio Rádio patrulha. Dos encargos gerais do município, o contador explicou que fez uma divisão para que ficasse mais claro o entendimento. Do valor total de encargos do município, cerca sete milhões, três milhões correspondem aos encargos especiais da dívida interna do município, que englobam amortização de empréstimos e parcelamentos realizados juntos aos órgãos federais, estaduais e bancos, como o BRDE e INSS. Os outros quatro milhões referem-se aos outros encargos, como o recurso para pagamento dos encargos do Programa de Demissão Voluntária, que até 2020, segundo o contador, serão quitados. Quanto à reserva de contingência, o valor previsto para essa ação é de cinquenta mil reais. Para a Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano, cujo orçamento está previsto em um milhão, novecentos e oitenta e cinco mil reais, foram apresentadas as seguintes ações: Manutenção da SEDURB; Controle Urbano; Modernização da Gestão Urbana; Convênio de Gestão Compartilhada. Na procuradoria Geral do Municipal, cujo orçamento é de seis milhões e oitenta e dois mil, e quinhentos reais, cerca de quatro milhões são destinados ao pagamento dos encargos com a execução de sentenças judiciais, no caso o pagamento dos precatórios, e o restante do valor destinado à ação de manutenção da procuradoria. Segundo o contador George Willian dos Santos, os precatórios deverão ser quitados até o ano de 2020. Já para a Secretária Municipal de Desenvolvimento Agrícola e da Pesca, está previsto o orçamento de quatro milhões, setecentos e vinte e seis mil e duzentos e cinquenta reais para o desenvolvimento das seguintes ações: Patrulha Mecanizada; Parceria Pública e Privada; Fortalecimento da Pesca Artesanal e da Agropecuária; Apoio, aquisição, construção, reforma de embarcações, equipamento e unidades de produção vegetal e animal; Reconhecimento e regulação fundiária comunidade tradicionais; Centro de Comercialização – Mercado Público; Administração e manutenção da agricultura e pesca; Exposição e organização de eventos; Para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turístico, cujo orçamento é de cinco milhões, quinhentos e noventa e cinco mil e duzentos e cinquenta reais, foram apresentadas as seguintes ações: Construção de Pórticos/Portais Turísticos; Região do Lagos; Construção do Santuário de Santa Paulina; Trilhas Ecológicas; Caminhos para o desenvolvimento; Manutenção da SEDETUR; Sinalização para o trânsito turístico; Calendário anual de Eventos; Construção de Mirantes; Quanto ao orçamento desta Secretaria, o contador ressaltou que, para o ano de 2019, foram destinados bem menos recursos próprios para a construção do Santuário da Madre Paulina, cerca de, aproximadamente, cinquenta mil reais, sendo que foi previsto o valor de um milhão, duzentos e cinquenta mil reais de recursos vinculados. Para a Secretaria de Meio Ambiente está previsto um orçamento de um milhão, quinhentos e noventa e três mil, setecentos e cinquenta reais, onde foram definidas as seguintes ações: Criação de Unidades de Conservação; Manutenção do SEMA; Fiscalização Ambiental; Educação Ambiental; Revitalização de Trilhas e Áreas degradadas. Para a unidade Central do Sistema de Controle Interno foi definido um orçamento de quatrocentos e dez mil reais para o desenvolvimento da ação de Manutenção da unidade e da ouvidoria. Dando continuidade à apresentação, o Contador George Willian dos Santos passou a apresentar as ações previstas para os Fundos

Visto do Presidente	Visto do Secretário	Fls.: 4	Responsável
---------------------	---------------------	------------	-------------



## ESTADO DE SANTA CATARINA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Municipais. Fundo da Criança e do Adolescente – FIA, onde se tem o recurso de cento e setenta e quatro mil e quinhentos para o ano seguinte. Lembrou que neste fundo tinham um recurso anterior que era da Votorantin, que não existirá para o ano que vem. Para o Fundo do Bombeiro – FUNREBOM serão mantidas as mesmas ações para o ano que vem, as mesmas ações realizadas neste ano. Fundo de Turismo, Fundo de Assistência Social, destacou a construção do CREAS, onde acredita que a mesma já foi licitada ou até mesmo iniciada. Que as ações do fundo social são praticamente uma transposição dos títulos das ações do governo federal, como, por exemplo: Proteção Especial de Média Complexidade, os benefícios eventuais, proteção social especial de alta complexidade, aqueles programas antigos como Sentinela, de atendimento à criança, às famílias em vulnerabilidade social. Apoio também ao cadastro bolsa família, sendo que há uma previsão de construção do CRAS. Tem um projeto chamado Parceiros de Imbituba que acredita que acontecerá um programa de menor aprendiz, totalizando um valor de cinco milhões e quatrocentos e sessenta e seis mil. Fundo Municipal de Saúde: repetindo as mesmas ações, utilizando-se recursos do governo federal, chamadas transferências legais. Para o SUS há uma previsão de emenda impositiva, emenda parlamentar para reforma e construção de unidades de saúde, aquisição de equipamentos. Temos ações que se repetem a cada ano: como assistência farmacêutica, de vigilância, epidemiológica e sanitária. Os recursos de atenção básica e assistência ambulatorial e hospitalar com participação do município e do governo estadual e federal, totalizando trinta e quatro milhões para o exercício seguinte. Câmara Municipal de Vereadores, com as ações que se repetem a cada ano, valor cinco milhões oitocentos e vinte e cinco mil. Fundo Municipal de Saneamento, este ano traz uma diferença, devido à transição para a SAMAE. Para a Lei Orçamentária provavelmente irão migrar algumas ações do fundo de saneamento para o SAMAE, pois se tratam das mesmas ações. Então, por não ter acontecido problemas de sistemas, se acabou mantendo no fundo, mas até o orçamento ser aprovado ele vai transitar e migrar para o SAMAE. Tem um recurso diferente, recurso vinculado de dezesseis milhões, que é uma operação de crédito prevista para o ano que vem para investimento em saneamento, totalizando trinta e sete milhões. Fundo de trânsito, advindo de multas de trânsito, que retornam parte para o município (setenta por cento), sendo que os outros 30% (trinta por cento) são divididos entre Polícia Militar e Polícia Civil para investir no trânsito, totalizando o valor de um milhão e quarenta e oito mil. Fundo do Meio Ambiente, para dar apoio ao CONDEMA, fundo de prevenção de drogas, por determinação legal, lei municipal. Fundo municipal de habitação, valor reduzido, mas abrange as ações voltadas ao atendimento da construção de casas populares, auxílio moradia, auxílio aluguel, que se repete a cada ano, totalizando quinhentos e setenta e cinco mil reais. Fundo Municipal de Cultura, Fundo Municipal da Procuradoria, totaliza cento e oitenta e nove milhões. De recursos próprios a ser cento e dezoito milhões e recursos vinculados setenta e um milhões. Essas são as ações resumidas em questão de despesas. Explanou rapidamente acerca da origem dos recursos. As receitas são dívidas em receitas municipais (impostos, taxas e de serviços), transferências correntes (transferências constitucionais e legais do governo federal, da União e dos Estados), havendo uma previsão geral de receitas correntes para o ano seguinte e cento e sessenta e dois milhões. Tem a dedução para formação do FUNDEB, trazendo para a receita líquida de cento e cinquenta e dois milhões. As receitas de capital (operações de crédito, transferências de

Visto do Presidente	Visto do Secretário	Fls.: 5	Responsável
---------------------	---------------------	------------	-------------





## ESTADO DE SANTA CATARINA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

capital- transferência de convênios específica para investimento) totaliza o valor de cento e oitenta e nove milhões. Como detalhamento das despesas, temos as despesas correntes de cento e trinta e oito milhões. Previsão de setenta e três milhões com gasto com pessoal, incluídos os precatórios e PDV. E as despesas com investimentos e amortização da dívida fundada. Apresentou os índices constitucionais e legais, previsão de despesa corrente líquida para o ano seguinte de cento e quarenta e um milhões. Gasto geral de pessoal de sessenta e nove milhões, atingindo um índice de 48,80%, abaixo do limite prudencial. Investimentos em educação, previsão de aplicação de quinze milhões e trezentos, atingindo 27,42%, quase 2,5% acima do mínimo exigido. Saúde, previsão de vinte um milhões, atingindo 21,47%, bem acima do mínimo exigido. Duodécimo, destacando que a base de cálculo é diferente, atingindo 5,21%, sendo o limite 7%, dos recursos destinados à Câmara de Vereadores. Encerrou a explanação e colocou-se à disposição para qualquer esclarecimento. O Presidente da audiência pública concedeu a palavra aos vereadores. O vereador Elísio Sgrott cumprimentou a todos e questionou ao contador e ao Secretário da Fazenda se há previsão na lei de diretrizes orçamentárias, em relação ao PDV, novas adesões do PDV? O Secretário respondeu que não há previsão para o ano que vem, justamente em função da questão financeira. Que talvez seja possível para o último ano, 2020, já que os que aderiram estarão encerrando o recebimento. Destacou ainda que possuem uma imposição judicial para que liquidem os precatórios até 2020, e que somente após, é que seria possível se falar em novas adesões ao PDV. O vereador questionou ainda acerca do Projeto Santa Paulina, onde consta na explanação apenas a quantia de cinquenta mil reais para aplicação no projeto, apenas 10% do valor que se discutia, pelo menos quinhentos mil, sendo pouco pelo tamanho do projeto. Seria somente este valor ou se tem a intenção de investir no acesso? O secretário destacou que havia uma previsão sim, tanto que para este ano estava no valor de quinhentos mil, mas que provavelmente será remanejado para outro lugar, por não ter essa execução. Que acredita que ano que vem será dada atenção ao acesso e questões ambientais. Esclareceu que, uma vez colocado no plano plurianual e lei de diretrizes orçamentárias deve ser realizado, não apenas sendo colocadas ações que não se realizarão. Foi dada a palavra ao Vereador Eduardo Faustina da Rosa que cumprimentou os presentes. Mencionou que o eixo V, item 233.5, onde fala em pavimentação de ruas tem um erro material, já que descreve uma pavimentação na Rua Dolon Alves, Guaiúba, sendo que a rua é Solon Alves, Guaiúba. No item 83, onde fala em seleção de diretores e coordenadores pedagógicos por competência técnica, mencionou que ao passado já questionou este item, já que a Lei Orgânica do Município estabelece que para escolha de diretoras se dá por eleição direta e não competência técnica. Ainda questionou sobre o piso nacional do magistério, sendo que hoje o município não paga o piso nacional do magistério para os professores, o que é reivindicação antiga. E se está dentro de alguma ação, caso o Prefeito venha a implantar o piso nacional do magistério. Em resposta o contador informou que não possui o impacto referente à implantação do piso, e qual o acréscimo na folha de pagamento e que para este orçamento não há previsão para a implantação, mas que é um desejo do Prefeito, o que poderá ser modificado, já que o UFPM aumentou, impactando dois milhões, diferente do que esta na LDO. O presidente da Audiência Pública esclareceu que no dia dezessete de setembro será colocada em deliberação a Lei de Diretrizes orçamentárias, oportunidade em que poderá ser realizada modificação. O Secretário da Fazenda, Senhor Jari, acredita que o fato do Prefeito

Visto do Presidente	Visto do Secretário	Fls.: 6	Responsável
---------------------	---------------------	------------	-------------



## ESTADO DE SANTA CATARINA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

não ter solicitado para inclusão da implantação do piso nacional do magistério é para se resguardar de criar uma expectativa que possa frustrar. E que entrando mais recursos que possibilite, poderá ser realizado o remanejamento. O vereador Eduardo Faustina da Rosa destacou a importância da realização do impacto para uma eventual implantação do piso, para possibilitar subsídios concretos para estar discutindo com o Prefeito e com a classe, já que se trata de reivindicação antiga, assim como a atualização do prêmio SOMAR, que a tempos está desatualizado, o vale alimentação, que não é pago a todos os professores (somente para os que trabalham quarenta horas). O Presidente da audiência pública falou sobre o PDV, e da surpresa com a quantidade de adesão ao mesmo. E acredita que com as adesões ocorridas e sendo o final do pagamento destas no ano que vem, que em dois mil e vinte pode-se fazer uma campanha neste sentido, pois a Prefeitura já terá encerrado o pagamento das adesões do ano passado. Após, o Presidente da audiência Pública abriu a palavra aos colaboradores. Havendo apenas uma inscrita, foi lida a manifestação da mesma, Senhora Gláucia Maindra, que questionou quais os recursos destinados para biblioteca pública e se há previsão da construção de sede própria, assim como a manutenção dos eventos existentes. Em resposta o contador informou que as ações da cultura permanecem as mesmas deste ano, totalizando um valor de quatrocentos mil. Que com relação à construção da sede, não tem conhecimento técnico para responder, mas acredita que a Secretaria da Cultura pode fornecer estas informações. Encerrado os inscritos como colaboradores, passou-se a palavra aos expositores. Com a palavra, Senhor Fred Hesse, primeiro expositor inscrito, questionou sobre os itens 193, 204, 245 e 247 das Metas e Prioridades do Exercício 2019, anexo parte integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2019. Quanto ao item 245, “Acessos no Village”, o expositor indagou os representantes do executivo municipal acerca de maiores detalhamentos dos investimentos de infraestrutura para o bairro Village. Sobre o item 247, “Regularização do semáforo existente conforme pedido do Ministério Público e possível implantação de novos”, Fred Hesse sugeriu a troca do semáforo por uma rotatória, tendo em vista seu alto custo de manutenção. O item 204, “Continuidade da implantação das placas de denominação de vias”, segundo o expositor, deve ser reavaliado já que no ano de 2016 houve licitação para a confecção de placas, sendo que não ocorreu nenhuma instalação pela vencedora do certame desde então. Para finalizar, Fred Hesse, sobre o item 193, “Manutenção e Conservação do Paço Municipal”, sugeriu verificar se a empresa responsável pela construção da prefeitura ainda pode/deve arcar com os custos de sua manutenção/conservação. Respondendo aos questionamentos do primeiro expositor, o contador mencionou que os detalhamentos dos investimentos em infraestrutura constam nos Anexos da Lei nº 5.049/2018, e que o valor do quilometro quadrado de uma rua pavimentada, com drenagem, gira em torno de novecentos mil reais, e por conta dos altos custos hoje é inviável sanar todas as necessidades do município nesse sentido. Para complementar, o contador comentou que deverá ocorrer modificações no orçamento do próximo ano para atender uma determinação judicial sobre a estrutura do bairro Village, podendo ser melhorado o acesso ao bairro. Finalizando as respostas ao primeiro expositor, sobre o paço municipal, o contador respondeu que a questão de garantias do prédio é um tema jurídico, e que poderá ser estudado pelo executivo municipal esse caminho. Passando-se a palavra ao segundo expositor, João Batista Dias, este questionou sobre quais são os critérios utilizados a escolha de quais vias teriam verba para manutenção e recuperação,

Visto do Presidente	Visto do Secretário	Fls.: 7	Responsável
---------------------	---------------------	------------	-------------



## ESTADO DE SANTA CATARINA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

principalmente no tocante ao Bairro Vila Nova, já que algumas ruas que são acessos importantes à BR 101 e outros locais com considerável fluxo de veículos, como a Rua Manoel João Gonçalves, não estão sendo contempladas em detrimento de outras que não são tão importantes para a mobilidade da região. Nesse sentido, o senhor João Batista Dias manifestou a vontade de protocolar na Câmara e na Prefeitura um abaixo assinado dos moradores da Rua Manoel João Gonçalves. Finalizando, o expositor indagou sobre a construção do Portal Turístico, mencionando pedidos anteriores para que este portal tivesse como tema a baleia franca e a cultura de base açoriana. O Presidente abriu outra exceção, uma vez que foi citado o orçamento participativo e as prioridades e tendo o Presidente participado em 2017 de todas as realizadas no município, passou a palavra ao Diretor de Coordenação Geral do Orçamento Participativo, Senhor Davi Luiz Schmidt, para que possa explicar sobre as prioridades das vias, o qual cumprimentou os presentes. No que diz respeito às ruas, na Comissão do Orçamento Participativo, os questionamentos sempre são: quais os critérios para a definição da pavimentação de ruas. As ruas elencadas na LDO, as quatorze são as que já estavam definidas, sendo que a pergunta dos munícipes dos bairros é de quais serão as próximas ruas a serem pavimentadas. Informou que, em uma reunião de Secretariado, o Prefeito fez um encaminhamento para realizar um estudo para definir as próximas ruas que deverão ser pavimentadas, segundo as prioridades da cidade. Ressaltou que, as vias mais importantes são as chamadas “artérias”, as ruas que passam ônibus, as ruas onde têm escolas, postos de saúde. Após o estudo realizado pelo Prefeito, aquele será encaminhado para a Comissão do orçamento Participativo, e certamente o prefeito tratará desta questão com os vereadores. Acerca do comentário do Senhor João Batista, informa que recebe o requerimento por ele realizado, cabendo à cúpula política do Executivo e Legislativo. Por fim, esclareceu que o processo do orçamento participativo está sendo implantado aos poucos, mas que alguns bairros já possuem representatividade. E que serão realizadas audiências públicas as cinco regiões do município, que poderão acarretar em alterações e que futuramente venham fazer parte da lei orçamentária anual. O Presidente passou a palavra ao Secretário Municipal da Fazenda, Senhor Jari Dalbosco. Agradeceu ao João Batista e falou que a audiência pública é exatamente para que a população se manifeste, bem como agradeceu sua preocupação pelo bairro e que sua atitude sirva de exemplo. Após, o Presidente da Comissão encerrou a fase de audiência do público e abriu a palavra aos vereadores que desejassem fazer sua interpelação aos representantes do Executivo. Foi concedida a palavra ao Vereador Eduardo Faustina da Rosa, que cumprimentou os presentes e para complementar o pedido do Senhor João Batista, representante do bairro Vila Nova no orçamento participativo, solicitou a inclusão do documento apresentado na audiência pública na ata transcrita, bem como que seja consignado na íntegra o seu pedido. E que a Comissão de Finanças e Orçamento que terá a possibilidade de efetuar emendas, que verifique a possibilidade apresentada pelo Senhor João Batista, que inclusive poderá contactar o Poder executivo de eventualmente realizar esta emenda de inclusão destas duas ruas. O Presidente da audiência pública e membro da Comissão de Finanças e Orçamento deixou claro que mesmo estando na LDO, a execução depende de recursos (emendas parlamentares) que nem sempre são liberadas, mas garante a ordem de preferência. Esclareceu que o senhor João Batista poderá fazer o protocolo na segunda-feira, das 13 às 19 horas, uma vez que na sexta-feira, dia sete de setembro, é feriado nacional. Com a

Visto do Presidente	Visto do Secretário	Fls.: 8	Responsável
---------------------	---------------------	------------	-------------





ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

palavra, o vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Renato Carlos de Figueiredo, agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a Audiência Pública.

Imbituba, 06 de setembro de 2018.

Renato Carlos de Figueiredo  
**Vice-Presidente da Comissão de Finanças  
e Orçamento**

Elísio Sgrott  
**Secretário Relator do Projeto na Comissão  
de Finanças e Orçamento**

Visto do Presidente	Visto do Secretário	Fls.: 9	Responsável
---------------------	---------------------	------------	-------------